



CNPJ: 22.307.217/0001-81

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA - EMPROTUR

**RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES ACERCA DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2020.**



CNPJ: 22.307.217/0001-81

Aos

Acionistas, Diretores e demais Administradores do

EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A - EMPROTUR

CNPJ: 10.202.792/0001-30

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A - EMPROTUR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Em nossa opinião, exceto aos assuntos discutidos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis analisadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA POTIGUAR DE PROMOÇÃO TURÍSTICA S/A - EMPROTUR, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1. Disponibilidades – Bancos

Não foi possível auferir a confirmação dos saldos bancários demonstrado nos registros contábeis referente às contas: **BB – 001 037958 1000-6 0.2.50.999999; BB – 001 037958 1000-6 9.9.99.000000 e BB – 001 037958 1000-6 0.2.50.000000**, uma



CNPJ: 22.307.217/0001-81

vez que não foram apresentados os extratos bancários emitidos pelo Banco Portador a essa empresa de auditoria, bem como não existe nenhum apontamento em **NOTA EXPLICATIVA**. Diante dessa situação, restou observado a impossibilidade de confirmar a autenticidade dos valores ali informados, uma vez que sem os extratos bancários fica impossibilitado se fazer uma conciliação bancária.

2.2. Inventário Físico do Almojarifado

No decorrer dos desenvolvimentos dos trabalhos foi identificada a aquisição de material de expediente/consumo, porém não foi identificado o controle interno de almojarifado para saída gradativa desses itens. Dessa forma, chegamos à conclusão que não existe controle de estoque referente à material de almojarifado.

2.3. Ativo Circulante – “Outros Créditos”

O grupo de contas “Outros créditos” recebeu dois lançamentos para o período de 2020, um para ajustar o saldo da conta “Repasse de Diárias” e o outro se refere a um recebimento para pagamento da conta “Repasse de Folha de Pagamento”. Ocorre que esse recebimento, no valor de R\$ 25.403,22 (vinte e cinco mil quatrocentos e três reais e vinte e dois centavos) foi registrado direto na conta Patrimonial do Ativo Circulante, contrariando as Normas de Contabilidade que seria reconhecer de fato esse registro na conta de Resultado, mais precisamente em “Subvenção Governamental”. Essa omissão de registro gera um reflexo nas contas de resultado do exercício e, conseqüentemente, no Patrimônio Líquido.

Ainda sobre esse grupo de contas “OUTROS CRÉDITOS”, após a análise do Balanço, essa auditoria verificou um saldo remanescente, no valor de R\$ 297.123,83 (duzentos e



CNPJ: 22.307.217/0001-81

noventa e sete mil cento e vinte e três reais e oitenta e três centavos) equivalente às obrigações já contraídas pela empresa em exercícios anteriores, e que são custeadas pelos repasses efetuados pelo Governo.

Ocorre que de fato, esses montantes deveriam ser registrados conforme a natureza das contas de cada obrigação assumida, e desse modo, o setor contábil reconheceria as despesas que foram incorridas nas respectivas contas de resultado, evitando realizar seu lançamento direto em contas patrimoniais, como é o caso dos registros que perduram no ATIVO da empresa, conforme apresentado nas demonstrações.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade para a EMPROTUR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



CNPJ: 22.307.217/0001-81

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

O objetivo de nossa empresa foi obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, o que não foi o caso.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento com ética profissional ao longo do trabalho executado. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, **bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.**

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada, e desse modo, informamos aos responsáveis pela governança da entidade auditada, que as **ressalvas apontadas no decorrer deste relatório não afetam a integralidade das informações contidas em suas demonstrações.**



CNPJ: 22.307.217/0001-81

5. Ênfase:

5.1. Continuidade do Negócio/Prejuízo do Exercício

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Empresa. Entretanto, um cenário formado por prejuízos durante os dois últimos anos seguidos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, vem consumindo o “capital próprio” aumentando recorrentemente a cada ano os prejuízos acumulados, e passando a apresentar um “passivo a descoberto” (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, não são suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” da empresa, sendo elas em sua integralidade de **CURTO PRAZO**.

Ademais, registre-se que em sua demonstração a empresa teve um Prejuízo do Exercício no valor de R\$ 653.810,53 (seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e dez reais e cinquenta e três centavos).

É o relatório.

Natal/RN, 20 de abril de 2021.

Kalinne Souza Maia de Moraes
Contadora CRC/RN: 008780/O-2